

# Uma cidade em disputa: Reforma Urbana e Luta de Classes na construção de uma cidade de fronteira<sup>1</sup>

Danilo George Ribeiro<sup>2</sup>  
Eric Gustavo Cardin<sup>3</sup>

## Introdução

O entendimento da construção social do espaço exige a observação das relações dialéticas estabelecidas entre os diferentes níveis do agir político. A definição do uso social do território pode ser induzida por políticas públicas federais, estaduais e municipais, mas em todos os casos se observa momentos de negociação e conflito em relação aos interesses dos grupos locais, sejam estes pertencentes às classes dominante ou trabalhadora. Contudo, quando se investiga as transformações ou reformas espaciais em um município fronteiriço a situação possui novas variáveis ao exigir a identificação do papel das fronteiras no processo de expansão capitalista.

Embora geralmente periféricas em relação aos centros produtores de capital, as fronteiras são estruturalmente fundamentais na formatação do modelo econômico existente. Em síntese, partimos de que o sistema do capital é essencialmente expansionista e incontrolável por possuir na base de sua estrutura a necessidade vital de garantir os processos de acumulação<sup>4</sup>. A consequência destas três últimas linhas é devastadora. Em um primeiro momento, ela explica a lógica da extração de mais-valia absoluta quando o homem é forçado a ir além de suas condições naturais durante a jornada de trabalho, mas, indo além, esclarece elementos mais amplos.

As políticas de colonização e povoamento envolvem o deslocamento de pessoas de regiões demograficamente saturadas para localidades onde o uso social da terra ainda não se encontra explorado de maneira adequada dentro da lógica capitalista. A “marcha para o oeste”, por exemplo, não é apenas um movimento de defesa da soberania nacional<sup>5</sup>, mas de redistribuição espacial e de promoção de uma exploração intensiva de regiões ainda pouco controladas pelo Estado Nacional. Este pressuposto ajuda a entender uma das conclusões obtidas por Martins<sup>6</sup> ao estudar as fronteiras brasileiras. Na ocasião, o autor chamou a atenção para o fato da fronteira

---

1 Este artigo é resultado da pesquisa “Reforma Urbana e Luta de Classes: um estudo dos conflitos urbanos na cidade de Foz do Iguaçu-Paraná”, apresentada no V Seminário Internacional América Platina, promovido pela Universidade Federal da Grande Dourados em 2014.

2 Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Membro do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, Paraná - CDHMP.

3 Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Professor do Programa de Pós-graduação “Sociedade, Cultura e Fronteiras” e do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

4 Sobre isso ver: MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

5 Sobre isso ver: FREITAG, Liliane da Costa. *Fronteiras Perigosas: migração e brasilidade no extremo-oeste paranaense (1937 – 1954)*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

6 MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

associar elementos do capitalismo moderno com práticas arcaicas de exploração do outro.

O capitalismo age como um rio que vai criando volume e ocupando o espaço, derrubando alguns obstáculos e se desviando de outros. E, todas as vezes que propositalmente se tentar obstruir seu curso natural, é preciso criar formas de vazão para ele continuar o seu curso rumo ao seu fim, caso contrário o volume d'água se torna tamanho que nenhuma barragem é capaz de suportar. Como um rio, que se alimenta das chuvas, de nascentes e de seus afluentes para trilhar seu caminho e superar seus limites, o sistema do capital se nutre daquilo que encontra, garantindo seu crescimento/acumulação e sua própria reprodução/manutenção. Tal analogia permite entender os movimentos da divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, a migração dos parques produtivos para regiões ainda não exploradas.

Diante do exposto, fica uma dúvida. O que ocorre com os locais onde o rio já passou, ou melhor, onde o sistema do capital já explorou e encontrou seus limites? Estes locais se reinventam por um processo de adaptação ao meio ou por um processo consciente de intervenção humana. No caso de um rio sua margem adquire um aspecto que lhe é particular, de uma vegetação nativa, que pode ser devastada com o avanço da agricultura intensiva, ou se tornar economicamente atrativa ao receber valor agregado no seu processo de inserção nos diferentes circuitos turísticos existentes.

A mesma lógica se aplica ao capitalismo. Os lugares que de alguma maneira foram vitimados pela essência expansionista do capital também se reinventam no intuito de garantir a manutenção do modelo. Os parques indústrias europeus que migraram para o hemisfério sul a partir da década de 1970 foram gradativamente substituídos por outros ramos econômicos vinculados, principalmente, ao setor de serviços.<sup>7</sup> As grandes estruturas produtivas e as vilas de trabalhadores não desapareceram, elas se transformaram por meio do ingresso de novos capitais, de antigos barracões abandonados ou utilizados pela população pobre surgiram shoppings, aeroportos, museus e universidades.

Neste movimento, o termo gentrificação começa se configurar como o conceito do momento, embora retrate um processo antigo.<sup>8</sup> Em linhas gerais, ele tenta apreender o fenômeno de valorização econômica de regiões e localidades economicamente pouco exploradas (muitas vezes criando especulação imobiliária). Trata-se de um esforço político e econômico de modificar o uso econômico de determinado local modificando seu uso social, trazendo para a lógica do mercado localidades que a margeiam ou que não são exploradas suficientemente. Assim, se

---

7 Sobre isso ver: HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1996.

8 Sobre isso ver: SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *Revista GEOSP – Espaço e Tempo*, n.º 21. São Paulo: USP, 2007. P. 15-31.

explica todo processo de reutilização do espaço que perpassa pela expropriação dos trabalhadores diretamente vinculados aos lugares “gentrificadores”.

O texto, devido a sua formatação, sinaliza para aspectos derivados e relacionados com os efeitos do processo de expansão do capital no município de Foz do Iguaçu/Brasil. O intuito é explorar como algumas políticas podem ser problematizadas por meio dos elementos anteriormente expostos. Assim, busca-se, primeiramente, compreender a associação entre o projeto de desenvolvimento local e o processo de expansão neodesenvolvimentista para regiões com potencialidade econômica subexploradas. Em um segundo momento, observa-se como os trabalhadores que viviam nas regiões de interesse econômico turístico e que foram deslocados para outros lugares da cidade manifestam e explicitam suas posições referentes ao processo de desterritorialização e reterritorialização. E, por fim, problematiza-se a necessidade e as tentativas de normatização dos modos de viver das populações deslocadas dentro de uma concepção adequada ao projeto político social imposto.

### **A fronteira e o neodesenvolvimentismo.**

De maneira resumida, entende-se por neodesenvolvimentismo uma postura político-econômica que associa a manutenção do modelo econômico atualmente existente à necessidade de investimentos estatais em infraestrutura em regiões ainda não devidamente exploradas ou que exigem revitalização, mas potencialmente adequadas para o desenvolvimento econômico (levando em consideração a existência de recursos naturais, força de trabalho e um mercado de consumo em expansão) e necessárias para o processo de reindustrialização, objetivando a substituição das importações. Além disso, o modelo possui como diferencial a adoção de aspectos neokeynesianos ao tentar solucionar os problemas sociais derivados do neoliberalismo por meio da criação de empregos (frequentemente precários) e de políticas de distribuição de renda.<sup>9</sup>

Da maneira prática, visualiza-se a materialidade de tal modelo na permanência das políticas de bolsa (inicializadas durante a gestão presidencial do PSDB), nas políticas paulatinas de normatização e regulamentação de práticas econômicas populares (motoboys, camelôs, domésticas, sacoleiros, etc.), nos programas de moradia popular (que geram empregos e garantem a circulação de capital por meio dos financiamentos) e, por fim, nos programas de aceleração do crescimento (PAC I e II). No entanto, o neodesenvolvimentismo não é composto apenas por ações, mas também por discursos, que visam à construção de possibilidades de inserção da população pobre na lógica de crescimento do país.

O neodesenvolvimentismo corresponde ao horizonte-norteador-político de um movimento que se apresenta como democrático popular, que na sombra de um

---

9 Sobre isso ver: SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012

discurso participativo e atento às demandas das populações mais vulneráveis incluem na lógica do mercado as populações marginais ou até então marginalizadas. Os mecanismos adotados seguem um padrão: distribuição de renda, universalização da qualificação para o mercado, investimento direto nos nichos econômicos locais e “gentrificação”. As variações visualizadas estão relacionadas ou são derivadas das particularidades territoriais e dos projetos econômicos estabelecidos ou em construção nas diferentes localidades.

Neste sentido, as questões sociais observadas na realidade de Foz do Iguaçu/Brasil derivam de um movimento mais amplo de tentativa de reorganização econômica do país na atual fase do sistema do capital que, em síntese, se resume no esforço de garantir a acumulação de determinados grupos econômicos explorando trabalhadores e regiões marginalizadas por meio de um discurso supostamente democrático que encobre as contradições existentes. A construção de um projeto comum de cidade, ou de um projeto de cidade ideal, perpassa necessariamente pelo atropelamento de interesses menores, acordos entre elites e subordinação da classe trabalhadora.

Todavia, nenhuma destas ações é consensual. Definir um projeto é construir um discurso hegemônico por meio da disputa de posições, que inclui, por sua vez, alianças, conflitos e resistências. A história de Foz do Iguaçu/Brasil é a história da construção de uma “verdade”, a de que o município encontra no turismo sua vocação econômica. Contudo, a definição do slogan “Foz do Iguaçu Terra das Cataratas” precisou e ainda precisa ocupar o espaço e o imaginário de outros “monstros”. Qualquer pesquisa mais séria sobre a região aponta para a dependência histórica do desenvolvimento local em relação às práticas de contrabando<sup>10</sup> e, focando-se mais para os aspectos formais e políticos, para a dependência do município em relação à Itaipu Binacional.<sup>11</sup>

Diante destes dois processos, o turismo é apenas coadjuvante. Contudo, diante dos limites de acumulação impostos pelas práticas ilegais e por uma estatal é necessário o fortalecimento de uma terceira via, onde “todos” possam se beneficiar e lucrar. O setor turístico de Foz do Iguaçu/Brasil representa uma síntese forçada de infinitos interesses, onde a classe trabalhadora não tem voz ativa ao ser ausentada propositalmente por um discurso aparentemente democrático que supostamente a inclui como diretamente beneficiada do desenvolvimento local. Não é possível desenvolvermos na ocasião uma história do processo de construção do discurso-síntese que define que a vocação econômica de Foz do Iguaçu/Brasil é o turismo. No momento, nos cabe indicar algumas práticas concretas que visam consolidar tal proposta.

---

10 Sobre isso ver: DARC, Aparecida. *Formação econômica e social de Foz do Iguaçu: um estudo sobre as memórias constitutivas da cidade (1970-2008)*. Tese (Doutorado em História Econômica). São Paulo: USP, 2009; assim como: CARDIN, Eric Gustavo. *A Expansão do Capital e a Dinâmica da Fronteira*. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2011.

11 Sobre isso ver: CATTÁ, Luiz Eduardo. *O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

A situação fronteiriça do município historicamente possibilitou o desenvolvimento de uma cultura de fronteira, onde uma das práticas comuns é o contrabando.<sup>12</sup> Assim, existem inúmeras pesquisas que demonstram a existência de tais atividades desde o final do Século XIX<sup>13</sup> e outras que salientam as relações entre as transformações em tais práticas com as modificações na postura do Estado na fronteira.<sup>14</sup> O contrabando é inerente às relações econômicas, políticas e tributárias desiguais entre os países limítrofes em qualquer fronteira internacional. Contudo, várias das dinâmicas ocorridas nestas situações fogem das regulamentações estatais e dos padrões adotados pelo mercado formal.

Logo, a formatação e o fortalecimento de um ramo econômico que necessita de uma ampla divulgação e de uma força de trabalho bem qualificada, como é o caso do setor turístico, necessita polir tais condutas históricas. Sim, polir. Estruturalmente não é possível acabar com o contrabando, mas é possível normatizá-lo e escondê-lo. Neste esforço visualizam-se um conjunto de ações: 1) a defesa da existência de um “turismo de compras”; 2) a regularização dos sacoleiros como microempresários; 3) a qualificação da força de trabalho iguaçuense; 4) a divulgação massiva da visão de que o contrabando é imoral e; 5) a restrição dos canais de entrada das mercadorias no Brasil, que passam a ser pulverizados em toda a extensão do Lago de Itaipu.<sup>15</sup>

Somado ao processo de normatização das atividades existentes na fronteira, observa-se a elaboração do imaginário turístico e a reestruturação do espaço para que ocorra um melhor aproveitamento das possíveis atrações existentes. Neste sentido, visualizam-se as reformas urbanas que atingem diretamente os diferentes circuitos turísticos da cidade. Divididos em quatro zonas urbanas, eles delimitados para a exploração desse setor como demonstra a Legislação de Uso e Ocupação de Solo, o objetivo central é a divisão de zoneamento urbano em prol do desenvolvimento no turismo.

As quatro Zonas Turísticas na cidade de Foz do Iguaçu representam estágios diferenciados de exploração. Em ordem decrescente, o ponto mais desenvolvido é o ZT-01, que envolve o entorno da Avenida das Cataratas (responsável pela ligação da Rodovia das Cataratas ao centro comercial do município), e o ZT-02, que abrange a cercanias da Rodovia das Cataratas. Essas duas zonas urbanas consolidadas constituem as junções dos atrativos turísticos, grandes hotéis, locais de eventos, centros comerciais, de serviços e espaços das tomadas de decisões. Somadas as Avenidas Jorge Schimmelpeng, Avenida Paraná, Republica Argentina, Juscelino

---

12 Sobre isso ver: CARDIN, Eric Gustavo. “Teoria das Fronteiras e Totalidade”. CARDIN, Eric Gustavo; COLOGNESE, Sílvio. *As Ciências Sociais nas Fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa*. Cascavel: JB, 2014. p. 43 – 60.

13 Sobre isso ver: COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras*: Santa Helena na história do oeste paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988. Assim como: DARC, op. cit.

14 Sobre isso ver: CARDIN, Eric Gustavo. Trabajo y prácticas de contrabando en la frontera de Brasil con Paraguay. *Revista Geopolítica(s)*, vol. 03, n. 02. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2012. P. 207 – 234.

15 Sobre isso ver: CARDIN, *A Expansão do Capital...*, op. cit.

Kubistschek “JK”, Cataratas e Rodovia das Cataratas, configuram aquilo que denominamos de Cinturão Turístico Consolidado.

As outras duas zonas turísticas estão em processo de desenvolvimento, sendo que a ZT-03 encontra-se estagnada, sendo sua expansão alvo de uma constante tensão na cidade pela ameaça de remoção das favelas localizadas em áreas centrais. Essa zona corresponde ao ponto de junção das franjas das principais avenidas centrais com a Avenida Beira Rio – que margeia o rio Paraná. A ZT-04 fica localizada na Avenida Felipe Wandscher. Situada atrás da Rodovia das Cataratas, ela vem recebendo investimentos do Estado na sua infraestrutura urbana de forma constante nos últimos anos, paralelamente a isso se observa um movimento de concentração de uma série de condomínios fechados de alto padrão na região.

Em síntese, a ação do Estado tende a homogeneizar os territórios e as principais vias da cidade em prol do desenvolvimento do setor turístico. A valorização do solo urbano está intimamente ligada a esse setor em Foz do Iguaçu. As elites municipais utilizando-se do aparato do Estado não medem esforços e recursos para realizar a “turistificação do espaço urbano”, expressa, entre outras formas, nas melhorias nas vias de transporte e calçamento, na organização de fiação e saneamento e na construção de novos empreendimentos, onde podemos citar: o Shopping Palladium, o Museu de Cera Dreamland, o Parque dos Dinossauros, o Residence & Resort, o Condomínio Royal Boulevard Yacht, etc. Neste sentido, percebe-se o deslocamento de camadas sociais de alta renda para as Zonas Turísticas 01 e 04, onde se concentram condomínios de luxo cercados por favelas e bairros populares. Em todos os casos, os investimentos atingem a população mais ampla da cidade apenas de maneira indireta, pois os novos investimentos necessitam da força de trabalho local.

Os fenômenos espaciais não podem ser deslocados das classes sociais, pois na medida que são produzidos revelam interesses antagônicos, na própria relação dialética entre valor de uso e de troca da cidade. No entanto, o exemplo mais gritante dessas contradições está relacionado ao conjunto de esforços e disputas existentes na construção de um projeto de reforma espacial da região próxima ao Rio Paraná, marco geográfico que limita a fronteira do Brasil com o Paraguai. Parte significativa da margem iguaçuense do rio foi ocupada por vilas populares ao longo da história do município, o que fomentou uma situação de difícil solução. Em grande medida, tais comunidades possuem a origem vinculada à necessidade da classe trabalhadora em viver em localidades que garantissem um acesso mais rápido aos lugares onde poderiam desenvolver atividades laborais com maior facilidade.

Deste modo, estas ocupações se encontram espalhadas nas proximidades do centro econômico de Foz do Iguaçu/Brasil, como é o caso das Favelas do Monsenhor, da Marinha e da Guarda, assim como em pontos que historicamente foram utilizados como porta de passagem do contrabando, por exemplo, o Porto Meira na fronteira com a Argentina e o Jardim América e Porto Belo, ambos na fronteira com o Paraguai. Ficar próximo do rio ou ficar a poucos metros do centro comercial da cidade garante um acesso mais facilitado às diferentes ocupações

vinculadas ao circuito sacoleiro<sup>16</sup> e também ao setor informal de maneira mais ampla.

Com o crescimento da cidade, com a necessidade de fortalecer a “vocalização turística” em contraposição às práticas informais da fronteira e, por fim, com as políticas nacionais de combate à circulação de mercadorias ilegais na região, as antigas localidades ocupadas pelos trabalhadores começaram a sofrer um conjunto paulatino de intervenções nas últimas duas décadas. Se durante a década de 1970 foi possível observar a remoção de diferentes trabalhadores para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu,<sup>17</sup> na contemporaneidade as remoções são justificadas por meio de discursos elaborados por setores de segurança pública e também por parte da classe dominante local, que visualiza nas regiões próximas ao rio inúmeras potencialidades econômicas.

A maior remoção realizada até então corresponde à retirada de moradores das favelas centrais de Foz do Iguaçu/Brasil e à construção daquilo que foi denominado de Cidade Nova. Localizada a alguns quilômetros do centro econômico de município, tal experiência corresponde a um primeiro esforço mais sistematizado de limpeza social de localidades centrais no projeto da cidade turística ao permitir a construção parcial da Avenida Beira Rio, ao facilitar o acesso a partes do território não exploradas economicamente pelos grupos dominantes e, por fim, dificultar a visualização da pobreza.

Atualmente encontra-se em desenvolvimento uma segunda etapa deste mesmo processo, justificada por meio do Projeto Beira Foz. Em resumo, o projeto corresponde a mais um esforço de “gentrificação”, ou seja, de atribuição de novas funções econômicas a uma região subexplorada pelo capitalismo. Enquanto as diferentes frações da classe dominante lutam para decidir o destino mais lucrativo das margens do Rio Paraná uma política mais silenciosa de remoção das comunidades pobres que ainda vivem e resistem nas localidades de interesse econômico destas frações de classe já está ocorrendo. No geral, o projeto é defendido pela associação do discurso de segurança, de valorização econômica e também pela suposta inclusão com a criação de empregos para os trabalhadores removidos.

### **A reforma urbana, territorialização e modos de viver.**

É preciso observar e destacar que os projetos de desenvolvimento turístico que implicam na remoção das ocupações populares envolvem questões sociais complexas. Como foi destacado, muitas das comunidades que hoje são deslocadas para outras partes da cidade existiam há mais de quarenta anos por serem resultado das formas de sobrevivência dos trabalhadores derivadas do processo de expansão

---

16 Sobre isso ver: CARDIN, Eric Gustavo. *A Expansão do Capital e a Dinâmica da Fronteira*. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 2011.

17 Sobre isso ver: RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do Concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

econômica e desenvolvimento da própria infraestrutura urbana da cidade, sempre muito vinculada ao contrabando e a construção da usina hidrelétrica. Neste sentido, tais ocupações não representam somente um habitat, uma moradia, mas a localidade onde tais trabalhadores produzem e reproduzem seus modos de viver.

Viver próximo ao centro comercial é fundamental para uma população que depende essencialmente da informalidade. É no centro onde a maior quantidade de capital circula, desde modo é lá que se visualiza a maior quantidade de formas de obtenção de renda e também de deslocamento mais facilitado para outras regiões onde possa existir empregos. Não suficiente, viver em regiões mais centrais também facilita o acesso a direitos sociais básicos, como educação e saúde, aspectos que frequentemente não são atendidos de maneira satisfatória durante os processos de remoção. Em outras palavras, os projetos turísticos retiram comunidades que possuem seus usos e costumes arraigados em uma estrutura urbana já constituída para as transferirem para lugares que, muitas vezes, não oferece calçamento, postos de saúde, escolas e um deslocamento adequado para o trabalho.

Destaca-se que indicamos até o momento exclusivamente questões sociais relacionadas unicamente a manutenção de direitos durante as remoções. Há problemas de outra ordem que tendem a não serem publicizados durante a execução de tais projetos, que é a interferência direta na organização de grupos envolvidos com atividades ilegais (principalmente tráfico de drogas). Retirar uma comunidade significa desterritorializar grupos de traficantes que precisam ser reterritorializados em outras localidades, fato que inevitavelmente resulta em violência ao exigir a retomada de espaço e mercado. Em síntese, o entendimento da construção da “vocação turística”   o exercício de compreensão dos processos de territorializa o, desterritorializa o e reterritorializa o.

  observar que ao longo da história as classes populares atribuíram significado e uso social para uma parte específica do território da cidade (territorializa o), e que, devido a interesses econ micos e políticos dos grupos dominantes, tais classes foram retiradas dos antigos lugares onde viviam (desterritorializa o) e foram inseridas em localidades sem nenhuma infraestrutura, enquanto que os lugares onde habitavam começaram a receber investimentos e novos sentidos sociais, econ micos e políticos (reterritorializa o e gentrific o), enfim, toda desterritorializa o   fundamentalmente uma reterritorializa o.<sup>18</sup> Assim, fica explícito que o estudo da forma o espacial da cidade não se restringe ao entendimento dos deslocamentos populacionais, mas fundamentalmente abrange a compreensão dos conflitos existentes no processo de defini o de seu uso social.

Neste sentido, as políticas executadas que visam permitir a reforma urbana de Foz do Iguaçu/Brasil não expressam o conflito de classe exclusivamente por meio de defini es abstratas e economicistas das possíveis formas de viver e aproveitar do território, mas denunciam e expressam contradi es concretas entre diferentes

---

18 Sobre isso ver: COSTA, Rogério Haesbaert. *El mito de la desterritorializaci n: del fin de los territorios a la multiterritorialidad*. México: Siglo XXI, 2011.

modos de viver na cidade. Neste sentido, destacam-se dois elementos: 1) a resistência dos trabalhadores em abandonar suas antigas moradias, suas antigas redes sociais e formas de viver, e; 2) os esforços governamentais em normatizar o comportamento da população atingida dentro de um padrão social e economicamente necessário para o mercado.

As violentas e constantes tentativas de despejo organizadas pelo poder público foram incapazes de remover a totalidade dessa população pobre da área central para as regiões mais afastadas, mesmo quando o estado buscou seduzi-las com a promessa de casas próprias em outros lugares da cidade. O bairro Cidade Nova não conseguiu seduzir grande parte da população que se reusou ao deslocamento. Alguns moradores revelam o pertencimento com o “lugar”, residindo nessas áreas por décadas, inclusive é perceptível que a sobrevivência de muitas famílias depende do centro urbano em ocupações vinculadas à cata de reciclados ou a venda ambulante. Mesmo que se trate de favelas, os moradores tem acesso facilitado pelo transporte público e acesso às escolas próximas dessas áreas, como os colégios Monsenhor Guilherme e Castelo Branco.

O poder público, vendo que suas tentativas de remoção dessa população em grande medida havia fracassado, se viu obrigado a construir um conjunto de casas populares nessas áreas, como é o caso da Favela da Guarda Mirim, comunidade que resistiu desde a década de 1980 para não ser removida e que em 2005 foi transformada em um bloco de 5 prédios populares, conquistando além da permanência no local, uma moradia menos precária, embora parte dos moradores continuem em barracos de madeiras e lonas por não se adaptarem ao modelo de habitação imposto. No geral, reclamam da falta de quintal e de espaço para criação de animais, outro problema diz respeito ao tamanho dos apartamentos, pois as famílias mais numerosas possuem dificuldade na divisão da habitação. Em grande medida a partir da organização e resistência os moradores conseguiram o direito a moradia, mesmo que a casa nem sempre venha acompanhar de uma melhoria na infraestrutura urbana.

O projeto de habitação popular tem sido encaminhado da seguinte forma na cidade de Foz do Iguaçu/Brasil: a) iniciativas do poder público, especialmente por meio de ações sociais desenvolvidas através de autarquias como COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná, do Governo Estadual) e COHAFOZ (Companhia de Habitação de Foz do Iguaçu, da Prefeitura Municipal); b) iniciativas do governo federal, como o programa “Minha casa minha vida”; c) iniciativa privada, também levada a cabo por meio de empréstimos bancários, terceirização de construção de casas populares, mas principalmente pela abertura de novos loteamentos imobiliários por toda a cidade; d) iniciativas da própria população, manifestadas por meio de mobilizações e organização de mutirões e, principalmente, por meio de ocupações “desautorizadas” (invasões) de lotes urbanos.

A partir disso constata-se que as construções de casas populares a nível municipal, estadual e federal ocorrem em sua plenitude em duas regiões da cidade: 1) na zona norte, próximo a Vila C, antiga vila operaria construída para abrigar os

barrageiros da Usina de Itaipu, se caracterizando como uma área periférica, principalmente no quesito geográfico e; 2) próximo a região de Três Lagoas, zona oeste, onde encontram-se três penitenciárias, duas estaduais e uma cadeia pública. Tal região é a menos valorizada da cidade e que possuía até o final dos anos de 1990 um perfil mais rural, composto por antigas glebas não produtivas que foram transformadas em habitações populares.

Não são construídas moradias populares nas áreas centrais, exceto o caso da antiga Favela da Guarda Mirim, mesmo diante da observação que 30% da área urbana do centro da cidade é constituída por terrenos ociosos, verdadeiros vazios urbanos, como demonstra o próprio Plano Diretor Municipal de 2003. A construção de moradias populares é preestabelecida pela lógica da especulação imobiliária e pelo planejamento funcional da cidade voltado ao turismo. Isso não significa que não haja conflitos, os moradores ao ocuparem essas terras, seja no centro ou na periferia, pressionam o Estado, pondo a máquina pública em movimento, produzindo uma dinâmica social de disputa, entre uma lógica de ordenação e valorização do espaço urbano do interesse de grupos dominantes. E a luta da classe subalterna, pela realização da moradia, como observa Rolnik.<sup>19</sup>

Por mais contraditório que isso possa aparecer, políticas que supostamente foram pensadas para o desenvolvimento de comunidades locais acabam dificultando a permanência das mesmas em suas localidades originais devido ao aumento do valor do solo e do custo de vida. Ambas as situações são agravadas por um processo impiedoso de combate às práticas populares de sobrevivência, que passa pela elaboração de estratégias que limitam as possibilidades de criação de animais e o desenvolvimento de pequenos plantios nas regiões que recebem os investimentos, restrições às práticas dos trabalhadores que atuam na cata de reciclados e, de forma ainda mais acentuada, um combate violento as diversas formas de sobrevivência vinculadas às ocupações derivadas da situação de fronteira.

A reforma urbana defendida e que lentamente vai sendo aplicada em Foz do Iguaçu/Brasil se associa ao discurso neodesenvolvimentista e democrático popular propagandeado pelos governos. O desenvolvimento é pensado como resultado dos investimentos em infraestrutura (que no caso local são representados pelos projetos de urbanização da Beira Rio, pela construção da segunda ponte ligando o Brasil ao Paraguai, pela melhoria das vias de acesso aos atrativos turísticos da cidade e pela inauguração de novos aparelhos turísticos), associado por políticas de acesso à renda (bolsa família), qualificação (acesso a cursos profissionalizantes e ampliação de vagas no ensino superior) e a abertura de novos empregos que exigem baixa qualificação e pouca remuneração.

O neodesenvolvimentismo e o discurso democrático popular se apresentam como um discurso capitalista socialmente responsável, preocupado com as populações vulneráveis e interessado nas demandas locais. Todavia, a lógica continua a mesma. A acumulação de capitais de grupos bem restritos e diretamente

---

19 ROLNIK, Raquel. *O que é cidade?*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

beneficiados com os investimentos governamentais continua sendo garantida pela expropriação dos modos de viver das classes populares e a sua contínua exploração.

Artigo recebido em 12.7.2015

Aprovado em 2.9.2015